

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?

Kit Gay: 'give to continue discussing this matter?

Isaias Batista de Oliveira Júnior

Universidade Estadual de Maringá

jr_oliveira1979@hotmail.com

Eliane Rose Maio

Universidade Estadual de Maringá

elianerosemaio@yahoo.com.br

Resumo

Em uma sociedade, como a brasileira, constituída e estruturada pelas diferenças, um dos temas que ocupa destaque nas discussões é a diversidade sexual. A escola é vista como um dos agentes desse diálogo e para que isso se efetive o Governo Federal lançou mão do Programa Brasil Sem Homofobia e o Projeto Escola Sem Homofobia que culminou com a elaboração do Kit de Combate a Homofobia. Baseado no aporte teórico dos Estudos Culturais colocamos em diálogo as estratégias do referido Kit e a polêmica por ele gerada. Os dados obtidos apontam o ambiente escolar como altamente homofóbico e heterossexista e evidenciam que essas ações deseducam e afetam a formação de todos/as envolvidos/as, principalmente daqueles/as que não têm os seus direitos preservados.

Palavras Chave: Kit de Combate a Homofobia; LGBTQIAfobia; Escola; Diversidade Sexual; Programa Brasil Sem Homofobia.

Abstract

In a society such as Brazil, organized and structured by differences, sexual diversity is a prominent theme in discussions. School is considered as one of the agents of this dialogue, and to make this statement effective, the Federal Government has launched the Brazil Without Homophobia Program and the Project School without Homophobia, that culminated in the drafting of a Kit Against Homophobia. Based on the theoretical framework of Cultural Studies, we proposed a dialogue on the strategies of that Kit and the controversy it has raised. The data obtained indicate the school environment as highly homophobic and heterosexist and show that actions like these jeopardize education and affect the formation of all the involved ones, especially those who do not have their rights protected.

Keywords: Kit Against Homophobia; LGBTQIAphobia; School; Sexual Diversity; Brazil Without Homophobia Program.



Aspectos introdutórios

Vale lembrar que em uma sociedade como a brasileira, constituída e estruturada na diversidade, em que as diferenças são, com frequência, produzidas no curso das relações assimétricas, a promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual pode representar mais do que um compromisso ético, mas sim um direito irrenunciável. Porém, não surpreende o fato de que aqueles/as que aderem a 'cultura de direitos' nem sempre estão dispostos/as a adotar um diálogo mais aprofundado, principalmente quando se refere a construção e promoção da cultura da diversidade sexual e o combate à LGBTQIAfobia – violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores/as, Intersexos, Indecisos/as, Assexuados/as e Aliados/as (JUNQUEIRA, 2007; 2009; SCHULMAN, 2013).

Com efeito, ao nos conscientizarmos de que a diversidade nos caracteriza como sociedade e como indivíduos, somos impelidos a procurar novas formas de configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam a heterossexualidade como verdadeira, natural, inevitável e estigmatizam identidades e determinadas práticas sexuais como patológica, anormal e desviante (JUNQUEIRA, 2007; 2009).

Nesse viés é importante destacar que desde a década de 1920, a lei brasileira passou a prever a escola como um dos agentes de diálogo sobre educação sexual. Entretanto, houve muita resistência para a efetivação de uma educação escolar para sexualidade, especialmente por setores vinculados a bancadas políticas e sociedade civil, tal condição aponta que, ao longo da história, a sexualidade no espaço escolar tornou-se um campo de disputa de discursos religiosos,

científicos, médicos e políticos que pretendem defini-la, delimitá-la e naturalizá-la. Um campo que envolve formas de poder-saber que, ao mesmo tempo, controlam e incitam, já que a sexualidade sempre foi utilizada como 'aparato histórico', pois é a história dos discursos acerca dela que delinearão um arcabouço de conhecimento desenvolvido para organizar, modelar corpos e comportamentos bem como controlar o sujeito (FOUCAULT, 1988; 2007; BORGES & MEYER, 2008; GRESPAN & GOELLNER, 2011).

Diante da incipiente adoção de estratégias direcionadas a uma educação para a sexualidade, quando nos referimos a diversidade sexual, as políticas educacionais adotam como referência uma matriz heteronormativa, que, embora seja pouco debatida, sua prática é bastante difundida em nossa sociedade por algumas instituições, por meio de “[...] ações punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa” (LOURO, 2009, p. 88) e culturalmente disseminado.

A inculcação da heteronormatividade se desenvolve cotidianamente nas práticas de reiteração compulsória a serviço da consolidação do imperativo heterossexual em detrimento das outras formas de sexualidades e materialização de normas regulatórias, que, em partes, são aquelas da hegemonia sexual, por meio de uma relação binária, na qual uma das formas de manifestação da sexualidade recebe um valor positivo e privilegiado, enquanto a outra recebe um cunho negativo. (BUTLER, 2010; HALL, 2007; SILVA, 2007; ROCHA FILHO, 2010).

A colonização heteronormativa adquiriu corpo no discurso representativo de forma que precisamos compreendê-la como sendo produzida em locais históricos e institucionais preestabelecidos, no interior de formações e práticas discursivas específicas,

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

por estratégias e iniciativas peculiares, emergindo (HALL, 2007) “[...] no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão [...]” (BUTLER, 2010, p. 109); de tal maneira que a heterossexualidade reiteradamente passa a ser:

[...] afirmada na dinâmica das relações sociais, nas concepções de família e conjugalidade ou na explicação biológica e naturalizada da relação sexual como o encontro dos corpos com efeitos procriativos. Aliada à censura implícita à diversidade sexual encontra-se afirmada na compulsoriedade da heterossexualidade. Essa exigência normativa tem como efeito a desqualificação de outros modos de viver a sexualidade, gerando a prática discriminatória homofóbica (LIONÇO, DINIZ, 2009, p. 11).

Foucault (2004a, 2007) advoga que esse poder normalizador apresenta como base um caráter disciplinar que não visa nem a expiação e nem mesmo a repressão, mas, colocam em jogo, cinco operações distintas, mas interdependentes:

[...] Relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir; Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto; Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as

capacidades, o nível, a 'natureza' dos indivíduos; Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a 'classe vergonhosa'). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza homogenia, exclui (FOUCAULT, 2004a, p. 152-153).

Associado a esses fatores, a longa tradição teológica “[...] exercida especialmente pela nossa cultura judaico-cristã, impôs a heterossexualidade como o modelo ideal e saudável de sexualidade” (BORGES, PASSAMANI, OHLWEILER, BULSING, 2011, p. 25) é ela quem organiza, ideologicamente, uma forma radical de perseguição contra os/as homossexuais, difundindo que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores/as, Intersexos, Indecisos/as, Assexuados/as e Aliados/as – LGBTQIA – são contrárias a natureza humana e as leis de Deus e que devem ser ocultadas, pois, tudo o que é caracterizado como 'desvio' da sexualidade é motivo de constrangimento, vergonha e/ou risos (TEIXEIRA, 2010).

Defensores/as de uma matriz heteronormativa se amparam em interpretações bíblicas ao considerar pessoas homossexuais “[...] como indivíduos extremamente perigosos, na medida em que eles se opõem ao que há de mais preciso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina” (BORRILLO, 2010, p. 54) ao defenderem que a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo são depravações

graves e que:

[...] A tradição sempre declarou que "os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados". São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados [...] (CATECISMO, 2013, s/p.).

Destacamos até aqui fragmentos do esquema histórico comumente utilizado para silenciar a sexualidade de pessoas LGBTQIA regrado basicamente nos “[...] mecanismos da repressão, da interdição, daquilo que rejeita, exclui, recusa, e depois fazendo recair a responsabilidade dessa grande recusa ocidental a sexualidade” (FOUCAULT, 2004b, p. 63).

Neste contexto, investigações acerca do Kit de Combate a Homofobia do MEC e o furor fundamentalista que o mesmo causou em parte da sociedade e bancadas evangélicas são necessárias, pois, tal lacuna dificulta a adoção de uma visão positiva sobre o outro, que passa a ser percebido como diferente, desigual, inferior ou anormal, quando não segue o padrão heteronormativo imposto nas relações de poder que sustentam as identidades e (re) produzem as diferenças.

Para o referido estudo e baseado no aporte teórico dos Estudos Culturais e nos Estudos da Diversidade Sexual colocamos em diálogo o Kit de Combate a Homofobia do MEC originado como uma das medidas vinculadas ao Projeto escola Sem Homofobia – ESH, em cumprimento as ações previstas no Programa Brasil sem Homofobia – BSH e a polêmica gerada desde a sua concepção ao seu veto.

Não buscando encontrar verdades absolutas no conceito científico moderno, utilizamos como aporte os Estudos Culturais que surgem em meio as movimentações de

diferentes sujeitos, discursos e grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem ao longo do seu trajeto, aos anseios por uma cultura pautada em oportunidades democráticas e assentada na educação de livre acesso. Uma educação em que as pessoas comuns possam ter seus saberes valorizados, seus interesses contemplados, compreender a formação das redes de relações e principalmente que seja(m) respeitada(s) a(s) identidade(s) e diversidade(s) presente(s) na pós-modernidade (COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003).

O Programa Brasil Sem Homofobia

Desde o início da década de 1980, assistimos no Brasil um fortalecimento da luta pelos direitos humanos de pessoas LGBTQIA. Embora o desafio de combater a violência contra esses sujeitos imponha-se a toda sociedade, ficou evidente o esforço em priorizar a instituição escolar no desenvolvimento de políticas afirmativas e de inclusão para essa população, pois, essa instituição não pode ser concebida como um espaço neutro, que destitui a multiplicidade de valores em prol de aspectos sociais reinantes; e “[...] que, através de seu papel disciplinar [...] marca com mais evidência as desigualdades de gênero, raça e sexualidade” (JUNCKES, SILVA, 2009, p. 164). Pois, é neste espaço que os/as jovens passam por inúmeras formas de violências de maneira que os sujeitos vistos como diferentes ou desviantes são, muitas vezes, obrigados a abandonarem os estudos (BORGES, MEYER, 2008).

Embora o primeiro elemento da LGBTQIAfobia seja associado ao ódio, medo, nojo, raiva, desconforto, aversão ou

igualmente as “[...] tentativas de horrorizar, gerar pânico, amedrontar gays, lésbicas, travestis, transexuais [bissexuais, bigêneros, transgêneros, *queers*, questionadores/as, intersexos, indecisos/as, assexuados/as e aliados/as], por suas condições e posições, e em circunstâncias diversas” (SOUSA FILHO, 2013, p. 15), a LGBTQIAfobia não pode ser reduzida unicamente a isso, “[...] ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (BORRILLO, 2009, p. 15) e a valorar as diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas (HALL, 2007; 2006; SILVA, 2007; LIONÇO, DINIZ, 2009). A LGBTQIAfobia implica em “[...] constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder” (FOUCAULT, 2004a, p. 87).

Neste sentido, a diferença entre a homossexualidade e a heterossexualidade não passa a ser apenas uma constatação:

[...] ela serve, sobretudo, para ordenar um regime de sexualidades no qual somente os comportamentos heterossexuais se qualificam como modelo social. Nessa ordem, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), bem como um comportamento social específico (masculino/feminino). Sexismo e homofobia aparecem, então, como elementos básicos do regime binário de sexualidades (BORRILLO, 2009, p. 17).

A manifestação da homossexualidade sofre repúdio por ser considerada, por alguns/mas, como um fator de risco à predominância da heterossexualidade no processo de formação de uma identidade nacional. Tal temeridade

estaria na desconstrução do binarismo tanto de gênero quanto de identidade sexual, que determinam às condições de masculinidade e feminilidade e todos/as aqueles/as que não se enquadram “[...] nesse esquema passa a ser considerado da ordem do 'desvio', do 'bizarro', da 'anomalia', das 'perversões', 'patologias' [...]” (SOUSA FILHO, 2013, p. 04), esquema fundador das violências contra sujeitos LGBTQIA.

Young (2000) distingue cinco faces distintas dos sistemas de opressão, que se imbricam entre si, como: 'exploração', 'desempoderamento', 'violência sistêmica', 'imperialismo cultural' e 'marginalização'. A exploração é definida pela desigualdade de condições permitindo a um determinado grupo beneficiar-se direta ou indiretamente de outro. O desempoderamento pode ser caracterizado como a retirada e/ou descumprimento de direitos básicos. A violência sistêmica encontra respaldo na teoria proposta por Gordon Allport (1954 apud PINHEIRO, 2012), podendo ser manifesta no preconceito possuindo gradações que vão desde coisas reconhecidamente horríveis, como matar e/ou espancar classificada como ataque físico e/ou extermínio, discriminação social, como a coisas bem sutis, como piadas, estereótipos, ou imagens negativas, repulsa, isolamento, às vezes tão sutis, que só percebemos se prestarmos atenção, que são denominadas de antilocução e/ou esquiva. O imperialismo cultural está ancorado na adoção de uma matriz identitária heteronormativa sendo que as distintas manifestações da sexualidade que descumprem seus preceitos passam a ser caracterizadas como desviantes. Por fim, a marginalização é o produto final das distintas formas de opressão a que são submetidas às pessoas LGBTQIA.

Entendemos que as manifestações da sexualidade como constructo da personalidade “[...] deveriam permanecer fora

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

do interesse interventor de instituições como a escola. Tal como a cor da pele, a opção religiosa ou a origem étnica, ela deve ser considerada um dado não pertinente na construção política e identitária [...]” do/a cidadão/ã e na qualificação do sujeito LGBTQIA (BORRILLO, 2009, p. 16).

Contudo, embora o exercício de uma prerrogativa ou a fruição de um direito não sejam mais subordinados ao pertencimento a um ou outro sexo, religião, política ou classe social, [...] [qualquer variação da sexualidade que atente contra a heterossexualidade compulsória] permanece como um obstáculo ao pleno gozo de direitos [dos sujeitos LGBTQIA] (BORRILLO, 2009, p. 16-17).

Assim, a discriminação ou preconceito são práticas sociais e culturais herdadas historicamente que marcam, cotidianamente, instituições como a escola, o Estado, a igreja, a sociedade, etc., desqualificando o outro enquanto sujeito de direito e permeando o campo identitários de tensões (CORRÊA, FREITAS, 2011). A manutenção de tal postura tende a acarretar graves danos pessoais, sociais e acadêmicos às pessoas LGBTQIA (BORRILLO, 2009).

Nesse sentido, considerando os efeitos danosos das discriminações e desigualdades sociais relativos às sexualidades, o Governo Federal, criou, em 2004, o Programa 'Brasil Sem Homofobia', delineado com base nos seguintes princípios básicos:

I) A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou

integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias; II) A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta. III) A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (CONSELHO, 2004, p. 11-12).

As ações previstas pelo Programa Brasil sem Homofobia, visam a articulação do combate a homofobia com diversas esferas sociais, tais como: Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais. Legislação e Justiça. Cooperação Internacional. Direito à Segurança: combate a violência e a impunidade. Direito à Educação: promovendo valores de respeito a paz e a não discriminação por orientação sexual. Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários. Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual. Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana. Política para a Juventude. Política para as Mulheres. Política contra o Racismo e a Homofobia (CONSELHO, 2004).

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Direito à educação: promovendo valores de respeito a paz e a não discriminação por orientação sexual

Compreendemos a relevância de todas as ações previstas pelo Programa Brasil sem Homofobia e cabe, nesse momento, debater aquelas voltadas para a educação, pois a escola é vista, como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes (ALTMANN, 2001; 2003).

Visto que a formação docente e a prática que encontramos, em sua quase totalidade é sustentada por “[...] uma conduta cristã e um caráter assexuado; quando não assexuado, os conhecimentos e práticas estão meramente relacionados ao sistema reprodutivo dos heterossexuais” (GRANÚZZIO, 2012, p. 128).

Como medidas a serem adotadas na esfera educacional o BSH preconiza: a) A elaboração de diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual; b) O fomento e o apoio através de curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade; c) A formação de equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; d) O estímulo a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; e) O apoio à divulgação e produção de materiais específicos para a formação de professores/as; f) Divulgação das informações científicas sobre sexualidade humana; g) Estímulo a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate a violência e a discriminação de LGBT; h) A criação de um subcomitê sobre

Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas no combate a LGBTQIAfobia (CONSELHO, 2004).

Dentre as diretrizes previstas pelo BSH e na criação do ESH principalmente no que tange a elaboração de materiais específicos como recurso pedagógico e formação docente, o Governo Federal adotou como medida a elaboração do Kit de Combate a Homofobia ou Kit-Gay, como veio a ser conhecido no cenário brasileiro.

Kit Gay: a cartilha da discórdia

O Kit de Combate a Homofobia foi desenvolvido em cumprimento das ações contempladas no BSH em articulação com o ESH. O projeto foi planejado e executado pela *Global Alliance for LGBT Education* (GALE); as ONG Reprolatina, ECOS – Comunicação em Sexualidade e *Pathfinder* do Brasil e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT). Todas as etapas de planejamento e execução do projeto foram debatidas e acompanhadas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (BRASIL, 2007).

Desenvolvido ao longo de dois anos, o Kit seria composto por um conjunto de materiais didáticos incluindo: 06 *Boleshs* (Boletins Escola sem Homofobia), 01 Caderno (Escola Sem Homofobia) e os Recursos Audiovisuais: *Medo de Quê?* e *Boneca na Mochila* além de 03 vídeos: *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade*. Esses materiais seriam destinados aos/às profissionais da educação e distribuídos para seis mil escolas públicas de ensino médio, a partir do segundo semestre de 2011. Para a preparação do Kit de Combate a Homofobia foi demandado um

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

investimento financeiro de aproximadamente 1,8 milhões em convênio que incluía, além da confecção de vídeos e cartilhas para professores/as, pesquisas, seminários e atividades de formação para docentes (BALESTERO, 2011).

O Kit de Combate a Homofobia não foi estruturado para ser um material de uso obrigatório, nem para ser aplicado em sua totalidade e tão pouco substituir qualquer outra disciplina curricular, mas sim como uma importante ferramenta em que os/as professores/as encontrariam referências teóricas, conceitos e sugestões de atividades e oficinas para discutir com os/as alunos/as a diversidade sexual e combater a LGBTQIAfobia.

A polêmica gerada em torno do kit gay desde sua concepção a sua suspensão

No entanto, no Brasil, quando se trata sobre direitos das minorias, nada se dá de forma ágil e descomplicada. O inovador, não normativo, o diferente, aquele que contraria as regras impostas por uma sociedade arcaica e conservadora, tornam-se alvo de intolerância. Principalmente quando nos referimos às formas de orientação sexual. O desconhecimento e o desrespeito para com esses sujeitos são evidentes no discurso heteronormativo presente desde o indivíduo não letrado até os/as legisladores/as do país, presentes em seus preleções vazias, polêmicas, desprovidas de conhecimento e repletas de 'achismos'.

Não poderia ter sido diferente com o Kit de Combate a Homofobia, que previa a prevenção da homofobia no contexto escolar. Sua elaboração gerou polêmica do início, quando apresentado, ao fim, quando foi suspenso.

A possibilidade real de difusão de um material dessa natureza, capaz de contribuir com a pluralização dos

gêneros, isto é, capaz de contribuir com a produção de sentidos sobre gêneros e sexualidades que põem em risco a ordem sexual vigente, provocou a fúria dos fundamentalistas religiosos que tramam, tecem uma rede de intrigas e inverdades em torno do material. Uma das inverdades difundidas por esses sujeitos afirma que os vídeos que compõem o Kit informativo fazem apologia a homossexualidade (SILVA, 2012, p. 02).

A apresentação inicial do Kit de Combate a Homofobia gerou um desconforto para a comunidade LGBTQIA e causou uma desconfiança quanto a finalidade e intencionalidade do seu conteúdo. Com indignação é que foram ouvidas as declarações do ex-secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, ao fazer piada sobre o desenvolvimento do Kit que o Governo pretendia entregar nas escolas:

[...] por sugestão do próprio Ministro integrante dessa comissão, um representante da comunidade gay, um representante da comunidade de lésbicas, um representante da comunidade de travestis, além de dois professores universitários do MEC e do movimento social, estão na Espanha, que por recomendação do movimento LGBT foi identificado como um país que tem uma política avançada nessa área. E que alegria que algumas dessas políticas foram financiamentos do MEC e quando falo dessa alegria é obrigação do MEC financiar... Só pra contar uma história à dificuldade num dos materiais didáticos, dos filmes tinha um beijo na boca e a gente ficou, um

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

beijo lésbico na boca e a gente ficou três meses discutindo até onde ia, até onde entrava a língua né [...] (informação pessoal¹).

Esse discurso instigou bancadas políticas e sociedade a agirem de forma contrária a elaboração do Kit de Combate a Homofobia. Câmaras Legislativas se transformaram em cenários de repúdio ao projeto. A sociedade civil distribui pela rede mundial de computadores incontáveis pedidos de suspensão do Kit Gay.

No contexto destes embates adquire visibilidade a figura de Jair Bolsonaro, do PP-RJ, como defensor da 'moral' e dos 'bons costumes', seja pelas suas declarações de cunho altamente homofóbico e racista, seja pela distribuição do Informativo Kit Gay, apelidado pela mídia de 'Panfleto Anti-Gay', que rapidamente começou a circular em diferentes instâncias midiáticas chamando a atenção para os supostos perigos que o material pedagógico produzido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) provocaria na educação e na sociedade brasileira (GRESPLAN & GOELLNER, 2011). Replicava em seus discursos legislativos o discurso preconceituoso contrário à diversidade sexual, tais como:

Senhor Presidente, meus companheiros. Eu quero tratar de um assunto aqui que no meu entender, pra mim, que em vinte anos de Congresso é o maior escândalo que eu tomei conhecimento [...] a semana passada foi lida a Comissão de direitos humanos das minorias em conjunto com a Comissão de Educação. Presente lá o Senhor André Lázaro: Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC. A galera, a plateia composta de 100% Gays,

Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Essa turma toda aqui tomaram decisões que essa Casa não ta sabendo. Até digo mais, a maioria dos integrantes da Comissão de Educação, também não está sabendo. Atenção pais de alunos de seis, sete, oito, nove e dez anos da rede pública. Atenção pais, os seus filhos vão receber o ano que vem na escola um kit. Esse kit com o título 'Combate a homofobia'. Mas na verdade é um estímulo ao homossexualismo. É um incentivo a promiscuidade, ou seja, nesse kit, contêm DVDs com duas historinhas [...] que o teu filho de sete anos, vai assistir o ano que vem, se nós aqui não tomarmos uma providência agora. Primeira historinha: um garoto de mais ou menos quatorze anos, de nome Ricardo, vai no banheiro fazer 'pipi', olha pro lado e o coleguinha dele também está fazendo e ele se apaixona por esse colega [...] e daí ele resolve vencer o bullying e assumir a sua homossexualidade. Isso garotos de sete, oito, nove, dez anos vão assistir no ano que vem. Bem daí pra frente à cena do filme: quando a professora chama de Ricardo em sala de aula ele se revolta, modos gays, com seus trejeitos e fala assim, balbucia, Bianca. Meu nome é Bianca. E esse filme no fim dá a seguinte lição de moral: esse comportamento do Ricardo ou da Bianca, então passa a ser um comportamento exemplar para os demais alunos. Depois tem um outro filmete: das duas meninas lésbica também de aproximadamente 13 anos de idade, namorando e a grande discussão dessa comissão de

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

*Direitos Humanos da Minoria, 'me dá asco me referir a essa Comissão' [grifos nossos], trata do beijo lésbica de duas meninas. Atenção pais, tua filha de sete, oito, nove, dez anos, vai assistir ano que vem esse filmete, que já está sendo licitado. E a grande discussão da nossa Comissão de Direitos Humanos da Minoria é a profundidade da língua de uma menina tinha que entrar na boca da outra menina. Dá pra continuar discutindo esse assunto? Dá nojo. Esses gays, lésbicas encubemos como exemplo de comportamento sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria [...] nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade. Esse kit pra seis mil escolas, pra criança de sete a doze anos ser distribuído ano que vem em todas as escolas públicas do Brasil, isso é uma vergonha [...] essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada e especialmente os que eles acham que tem tendências homossexuais [...] repito de sete, oito, nove dez anos. Pelo amor de Deus meus colegas que estão nos gabinetes. Pelo amor de Deus [...] se um garoto tem um desvio de conduta, logo desde jovem, ele tem que ser direcionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Me acusam de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras [...] (fala pessoal)*²

Para Junqueira (2009) não é muito difícil encontrar expoentes dos direitos humanos hostis a ideia do reconhecimento da diversidade sexual no âmbito escolar.

Respaldadas em um arsenal socialmente difuso de preconceitos, algumas dessas pessoas representantes da sociedade civil, pais, mães educadores/as, religiosos/as, sentem-se confortáveis em manter suas posições em nome dos 'valores tradicionais' e incorporaram o discurso preconceituoso contra o Kit Gay:

*[...] sou e serei contra sempre, não contra gays, mas contra esta propaganda gay que é este Kit. Acredito que levar estes vídeos a uma criança sem maturidade suficiente é um grande erro. [...] onde minhas filhas estudarem serei a primeira a encabeçar contra os mesmos (fala pessoal)*³.

Diante de toda a pressão da sociedade heteronormativa, que convenceu a Presidenta Dilma Rousseff de que o material fazia propaganda de orientação sexual, na quarta-feira de 25 de maio de 2011 em Brasília, sob determinação da Chefe do poder Executivo:

[...] o Governo Federal decide suspender todas as produções de combate à homofobia que estavam sendo editadas pelo Ministério da Educação (MEC), mais especificamente, o material didático apelidado de 'Kit Contra a Homofobia' do projeto Escola sem Homofobia, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (GRESPLAN & GOELLNER, 2011, p. 103).

Para a Presidenta, a função do governo é apenas educar para que se evitem agressões e desrespeitos à diferença, não podendo interferir na vida particular dos sujeitos e nem propagar as opções sexuais.

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

[...] o Governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem de nenhuma forma nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença, que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você, isso eu não concordo com o Kit, porque eu não acho que ele faça defesa de práticas não homofóbicas (fala pessoal) ⁴.

Com esse discurso, o Poder Executivo pôs termo a uma sucessão de debates e embates entre movimentos sociais vinculados à classe LGBT, as esferas de Poderes Legislativos e sociedade civil.

Essas condutas demonstram a atuação das tradições elitistas que persistem através da distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular, entre aqueles que regem a política e os que são regidos politicamente (COSTA et al. 2003).

Por que tanto estardalhaço? A análise do Kit de Combate a Homofobia

Se a mídia, sociedade civil, religiosos e legisladores criaram tanta polêmica sobre o Kit Gay, a análise do material evidencia o caráter homofóbico, heterossexista e heteronormativo presente no discurso desses agentes.

Os que compunham o Kit de Combate a Homofobia, ao todo seis, cada qual composto de quatro páginas, debatiam temas como: o que é ser homem ou mulher? As diferenças

entre os indivíduos. Tratavam sobre o preconceito e a orientação sexual. Contornavam as novas configurações familiares. Discutiam sobre a homofobia, a questão de gênero e a bissexualidade. Definiam a transexualidade e estimulavam o respeito às travestis. Os *Boleshs* eram coloridos, recheados de imagens e continham cada um, variadas atividades que o/a professor/a poderia usar em sala de aula, além da sugestão de filmes e músicas que tratavam de cada tema em específico (ECOS, 2013).

O Caderno Escola sem Homofobia era um dos itens do Kit Gay, composto de 123 páginas, encadernadas em formato de livro. Apresentava como tópicos: Desfazendo a confusão. Gênero: as desigualdades entre mulheres e os homens. Diversidade sexual. Homofobia. A luta pela cidadania LGBT. Retratos da homofobia na escola. A homofobia na escola: o que dizem algumas pesquisas. A homofobia no currículo escolar. Práticas e espaços escolares. Para enfrentar a homofobia: rever práticas, espaços e suas intencionalidades. O currículo e a transversalidade: a inclusão dos temas sociais na escola. A diversidade sexual na escola. Caminhos para uma escola sem homofobia. Projeto político-pedagógico e diversidade sexual na escola. Plano de ação: uma escola sem homofobia. Considerações finais. Além de conter dois anexos que orientavam: como trabalhar com os *Boleshs* e como trabalhar com os materiais audiovisuais (ECOS, 2013).

O vídeo *Boneca na Mochila*, produzido pela ONG ECOS – Comunicação em Sexualidade – era acompanhado de um guia de discussão e propostas de dinâmicas para se trabalhar com o DVD. A intenção era promover a reflexão crítica sobre como as expectativas de gênero propagadas na sociedade influenciam a educação formal e informal de crianças, adolescentes, através de situações que, se não aconteceram em

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

alguma escola, com certeza já foram vivenciadas por famílias, no mesmo contexto ou em outros. Apresenta momentos que revela o quanto de preconceito existe em relação as pessoas – uma criança, no caso específico do DVD –, que, supostamente, tenham ou possam vir a ter orientação sexual diferente da heterossexual (ECOS, 2013).

O recurso audiovisual *Medo de quê?*, elaborado em parceria com a ECOS – Comunicação em Sexualidade, Instituto Promundo, Instituto PAPAÍ e *Salud* Gênero, conta a história de um garoto, Marcelo, que, como tantos outros, é cheio de sonhos, desejos e planos. Descobre que sente atração afetivo-sexual por rapazes. Seus pais, seu amigo João e a comunidade onde vivem têm outras expectativas em relação a ele, que nem sempre correspondem aos desejos de Marcelo. O desenho animado sem falas é um convite à reflexão sobre medos e à busca de uma sociedade mais plural, solidária e cidadã, enfatizando a homofobia e os direitos sexuais (ECOS, 2013).

A parceria da ECOS – Comunicação em Sexualidade, *Pathfinder* do Brasil, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais e GALE – *The Global Alliance for LGBT Education*, originou os vídeos: *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade*. Acreditamos que a fúria das bancadas políticas evangélicas e sociedade civil se deu em torno desses recursos audiovisuais, sob o argumento que faziam apologia a homossexualidade.

O vídeo *Torpedo* trata de duas garotas que se envolvem afetivamente em uma festa, são fotografadas e tornam-se alvo de preconceitos na escola, pela distribuição das fotos entre os/as alunos/as e que por fim elas assumem serem lésbicas e seu relacionamento. Não há beijo, não há demonstração de afeto que não seja segurar nas mãos uma da outra, portanto,

não há evidências que demonstrem até onde iria a língua durante o beijo lésbico, como afirmou o ex-ministro da Educação, André Lázaro, ao apresentar o Kit de Combate a Homofobia (ECOS, 2013).

A história *Encontrando Bianca* relata através de um diário íntimo a busca e descoberta de identidade de gênero, através dos dilemas e convivência da aluna, dentro do ambiente escolar: a primeira vez em que se vestiu de mulher em casa; a primeira vez em que foi para a escola com as unhas pintadas; a resistência dos/as professores/as em chamá-la pelo nome social; as ameaças e agressões que sofre e o pouco apoio que recebe de outras pessoas apesar de ser uma excelente aluna e querer dar continuidade aos seus estudos (ECOS, 2013). Ponderando que podemos nos deparar com homens travestis na escola, este vídeo em específico, trataria de travestis femininas, caracterizadas por Junckes, Silva (2009, p. 149) como sendo aquelas pessoas “[...] que possuem um corpo biologicamente masculino e uma identidade de gênero feminina [onde] a busca pela feminilidade se expressa em práticas de utilização de hormônios, próteses e outras formas de silicone, adereços e vestuários”.

Por fim, o vídeo *Probabilidades*, que foi apontado como o pivô de toda a polêmica, relata a história de Leonardo que se apaixona por uma menina chamada Carla em sua cidade natal, mas é obrigado a se mudar para um local distante por motivo desconhecido. Ao sentir-se um estranho no ninho em sua nova vizinhança, Leonardo conhece Matheus e tornam-se amigos inseparáveis e descobre novos sentimentos com seu novo amigo que se revela gay. Leonardo fica extremamente confuso ao ponto de apaixonar-se por um novo coleguinha do mesmo gênero, o Rafael. Desde então, vive um dilema e não se decide se ama a Carla ou o Rafael. No fim, chega à conclusão de que essa história de meninos gostarem de meninas é algo que divide sua

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

possibilidade de ser feliz, então resolve namorar o Pedrinho e a Mariazinha, pois assim tem 50% a mais de chances de conseguir a felicidade (ECOS, 2013).

O ponto alto do repúdio foi na afirmação de Leonardo ter mais chances de ser feliz se for aberto ao relacionamento bissexual e que poderia, ao mesmo tempo, namorar sujeitos de ambos os gêneros. Essa era a deixa para todo o discurso homofóbico que o material fazia apologia a homossexualidade e que ouvimos durante o período em que o Kit de Combate a Homofobia esteve em discussão.

O que restou pós Kit Gay?

Se o Governo Federal devido as pressões políticas e sociais recuou em relação a distribuição do referido material, estudo realizado em 2011 pela ONG Reprolatina mostra que o ambiente escolar é altamente homofóbico e necessita, sim, de políticas públicas de combate a essa forma de preconceito.

Em pesquisas realizadas em 11 capitais brasileiras, ouviram-se 1,4 mil pessoas envolvidas no processo educacional, identificando que, na maioria das vezes, a hostilidade contra alunos/as homossexuais surge em forma de piadas ou brincadeiras potencialmente ofensivas, mas que nem sempre identificadas pelos/as envolvidos/as no processo educacional como sendo homofobia (REPROLATINA, 2011).

Pesquisa realizada, em 2002 pela UNESCO, revelou que, entre professores/as: 59,7% julgam ser inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais; 21,2% gostariam de ter vizinhos/as homossexuais (UNESCO, 2004).

Em outra pesquisa, realizada pelo mesmo organismo em 11 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certa compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar (nos níveis fundamentais e médios).

Conforme Abramovay et al. (2004), constataram, por exemplo, que: o percentual de professores/as que declaram não saber como abordar os temas relativos a homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória (UNESCO, 2004).

Cerca de 12% de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza acreditam ser a homossexualidade uma doença. Aproximadamente 33,5% dos estudantes de gênero masculino de Belém, entre 40 e pouco mais de 42% no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza e mais de 44% em Maceió e Vitória não gostariam de ter colegas de classe homossexuais. Um percentual de 17,4% no Distrito Federal, entre 35% e 39% em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, 47,9% em Belém, e entre 59 a 60% em Fortaleza e Recife dos pais de estudantes de gênero masculino declararam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus/suas filhos/as. Estudantes masculinos apontaram 'bater em homossexuais' como o menos grave dos seis exemplos de uma lista de ações violentas (UNESCO, 2004).

Em estudo organizado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) em 500 escolas públicas brasileiras, ao serem entrevistados, os alunos concordaram com as seguintes afirmações: 'eu não aceito homossexualidade' – 26,6%. 'Pessoas homossexuais não são confiáveis' – 25,2%. 'A homossexualidade é uma doença' – 23,2%. 'Os alunos homossexuais não são normais' – 21,1% (GUINOZA, 2011, p. 81).

Há uma grande distância entre a teoria e a prática com relação às políticas de educação sexual. As e os professores reconhecem que não aplicam muitas das recomendações

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

estabelecidas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados para atuar na área das diversidades sexuais e da homofobia e também porque temem que as famílias se oponham a que esses temas sejam tratados nas escolas. Também os educadores, que sabem que esse tema deveriam ser tratados como temas transversais, pela falta de tempo e por não se sentirem preparados, preferem ignorar o tema e só falar dele quando os estudantes fazem perguntas específicas sobre o tema. Um tema recorrente nas entrevistas com autoridades das escolas e educadores é que os e as educadoras estão sobrecarregados, com falta de preparo e sem motivação para trabalhar os temas transversais (REPROLATINA, 2011, p. 65).

A comunidade de pessoas LGBTQIA parece ser invisível nas escolas, característica que Junqueira (2009) comprova através da análise das estratégias discursivas empregadas por agentes públicos ante as medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual. Esse fator determina a invisibilidade da LGBTQIAfobia, que acaba sendo naturalizada ou minimizada, para não entrar em conflito com os costumes tradicionais da sociedade dominada pelas doutrinas morais e religiosas que condenam a homossexualidade.

No entanto, é evidente que as consequências da homofobia são muito prejudiciais para os/as discentes LGBTQIA, pois, inclui tristeza, baixa autoestima, isolamento, violência, abandono escolar e até suicídio.

A suspensão do Kit Gay: um mal necessário?

Mello et al. (2012) alegam que se por um lado a proposta de criação e implementação do Kit de Combate a Homofobia encontrou forte resistência de parlamentares, sociedade civil e de fundamentalistas religiosos/as, que incansavelmente lutaram pela suspensão do referido material, sob o argumento de que ele faria 'apologia ao homossexualismo' e estimularia a pedofilia. Por outro lado o Movimento Social LGBT, tem recebido apoio e manifestação de organizações, associações, comunidade, pesquisadores/as e estudiosos/as da área favoráveis:

[...] ao reconhecimento da adequação da proposta pedagógica do Projeto Escola sem Homofobia, tendo em vista a relevância do debate sobre a diversidade sexual e o enfrentamento da BLGTFobia no espaço escolar e a adequação do material proposto às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destina. Entre as principais organizações, destacam-se o Conselho Federal de Psicologia, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e a representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil (MELLO et al. 2012, p. 103).

Se o interesse dos entes contrários a divulgação do Kit de Combate a Homofobia era velar a temática diversidade sexual, o maior beneficiado foi o Movimento LGBT, pois o alarde causado em torno do Kit Gay, só apontou a importância do fornecimento de materiais educativos com vistas a causar debates acerca do tema visando a redução do preconceito e LGBTQIAfobia e a implantação de políticas públicas de ações

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio

educativas com vistas à igualdade.

Tal conflito de interesses e disputas ideológicas somente mostra como a falta de um arcabouço legal de proibição explícita da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero bem como a garantia de cidadania plena e direitos humanos da população LGBT[QIA] ainda fere de morte muitas das ações, projetos e programas que integram políticas públicas propostas pelo Governo Federal, no sentido da promoção de uma sociedade que não trate os que não se enquadram nos limites da norma heterossexual como párias e escória em seu próprio país (MELLO et al. 2012, p. 103).

Se fosse concretizada a distribuição do Kit de Combate a Homofobia, teríamos apenas mais uma ação prevista pelo Programa Brasil Sem Homofobia e Projeto Escola Sem Homofobia, tida como cumprida. O material que compunha o Kit poderia ser usado pela escola, ou caído em esquecimento. No entanto o que percebemos é um movimento contrário cobrando uma postura do Ministério da Educação quanto a reestruturação do Kit Gay, a disseminação de artigos, monografias, dissertações e teses sem contar os inúmeros debates acerca do reconhecimento da diversidade sexual, inclusive na esfera escolar, acontecendo em eventos científicos.

O conteúdo que causou tanto alvoroço na sociedade civil e bancada evangélica, que chegou ao ponto de convencer a Presidenta Dilma Rousseff de que o material fazia propaganda de opções sexuais, principalmente no que se refere aos três vídeos: *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade*, encontram-se disponíveis na rede mundial de computadores para acesso e uso de qualquer cidadão/ã que deseje conhecer o material ou usá-lo como apoio

pedagógico no exercício da sua docência.

Considerações Finais

Neste tempo em que até o milênio muda, muda à política, a educação tenta se transformar, os sujeitos vivem suas experiências de vida como lhes convêm, a sexualidade pulsa na escola, mesmo que a instituição procure velá-la mantendo seu padrão heteronormativo. Vivemos uma época em que o Estado representado pelos Poderes Legislativo e Executivo prevê a escola como um agente de diálogo sobre educação sexual voltada para a diversidade e buscam soluções através da implementação de políticas públicas educacionais, criam, recriam, implantam e retroagem em seus próprios atos.

Fica evidente o esforço do Estado em priorizar a instituição escolar no desenvolvimento de políticas afirmativas e de inclusão para a diversidade sexual, já que é neste espaço que esses/as jovens passam por inúmeras formas de discriminações, agressões e rotulações, de maneira que os sujeitos vistos como diferentes ou desviantes são, muitas vezes, obrigados a abandonarem os estudos (BORGES, MEYER, 2008).

Nesse sentido, considerando os efeitos danosos das discriminações e desigualdades sociais relativos às sexualidades, o Governo Federal, criou em 2004, o Programa Brasil Sem Homofobia que deu origem ao Projeto Escola Sem Homofobia. Dentre as diversas ações previstas pelo BSH e ESH no que se refere ao Direito à Educação e promoção de valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual, o Governo adotou como diretriz a criação de materiais específicos como recurso pedagógico e formação docente. Um desses materiais veio a ser conhecido no cenário brasileiro como Kit de Combate a Homofobia ou Kit Gay.

O material que seria distribuído para seis

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

mil escolas públicas de Ensino Médio, a partir do segundo semestre de 2011, causou furor e foi o cenário de embates entre movimentos sociais favoráveis a divulgação do Kit de Combate a Homofobia e de bancadas religiosas evangélicas e sociedade civil, que convenceram a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff a suspender a divulgação do material.

Ora, se todo o estardalhaço sobre a veiculação do Kit de Combate a Homofobia era pelo seu conteúdo impróprio e apologia à homossexualidade como alegavam esses grupos políticos e sociais, a análise da sua substância mostra um conteúdo simplista e necessário sobre a diversidade sexual na escola, evidenciando ainda mais o caráter homofóbico presente no diálogo de legisladores/as e civis do país.

No entanto, se o Governo Federal, devido as pressões políticas e sociais, recuou em relação a distribuição do Kit de Combate a Homofobia, pesquisas mostram que o ambiente escolar é altamente homofóbico e heterossexista o que, por si só, já justificaria a necessidade da produção de materiais didáticos que pudessem colocar esses temas em discussão contrário aos recursos fundantes distribuídos as escolas que “[...] reproduzem o discurso heteronormativo e de separação cultural da civilização mundial, o que atende um projeto de reprodução da alienação e da segregação” (COSTA, 2011, p. 82).

Percebemos o veto presidencial sobre o Kit Gay como uma forma de conter o furor legislativo que recaiu sobre o poder executivo. A vitória da 'moral' e dos 'bons costumes' foi apenas uma medida homeopática adotada pelo Governo do Estado, pois, aquilo que mais incomodou a classe contrária a divulgação do material, continua disponível e acessível para qualquer sujeito, incluindo os próprios escolares, em sites de busca. A polêmica em torno dos referidos vídeos que compunham o Kit Gay,

despertou tanto interesse que, aproximadamente, um ano após a sua suspensão um dos vídeos ultrapassava a marca de 175.000 acessos em endereço eletrônico específico. Portanto, a suspensão do Kit de Combate a Homofobia, foi uma conduta tão necessária quanto à própria distribuição do material.

Se a intenção do veto era a de silenciar um movimento de luta pelos direitos de uma minoria, percebemos um movimento contrário, pós Kit Gay, pois cresceram o número de estudos, pesquisas e debates sobre o tema diversidade sexual e formas de combater a LGBTQIAfobia, dado a visibilidade que a polêmica do Kit de Combate a Homofobia deu a causa.

Sabemos da necessidade da implementação de recursos como o Kit de Combate a Homofobia na escola, porém compreendemos que a adoção de qualquer medida no que se refere a diversidade sexual deve ser de forma conjunta e não unilateral, estabelecidas por uma relação assimétrica e fundamentada em um discurso homofóbico abarrotado de 'achismos', pois as políticas educacionais impostas dessa maneira, deseducam e afetam a formação de todos/as envolvidos/as, o prejuízo é geral, porém, alguns/mas são chamados/as a pagar uma conta bem mais alta por não terem seus direitos preservados.

Nesse sentido, defendemos a efetivação de programas continuados de contestação sobre temas como LGBTQIAfobia, sexualidades, discriminação, preconceito, identidade de gênero, violência de gênero, etc., pautados não apenas na inclusão de professores/as, mas também de toda a comunidade escolar, de forma a evitar que o/a aluno/a LGBTQIA seja vítima da tirania e expulsão compulsória do processo de escolarização. Numa paráfrase a Foucault (2007) acreditamos, que, talvez a escola já começou a dar seus primeiros passos nesse sentido, talvez ainda estejamos

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

muito aquém desse propósito, talvez não cheguemos nunca a esse objetivo e, às vezes, fica a dúvida se estamos ou não indo na direção adequada.

¹ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5DEFrC9U_0>. Acesso em 27 de julho de 2012.

² Sessão Legislativa transmitida ao vivo pela TV Câmara no dia 30 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPrt4>>. Acesso 10 de agosto de 2012.

³ Análise de uma estratégia discursiva adotada por uma Pedagoga ao ser interpelada sobre um documento abaixo-assinado contra o kit gay que a própria divulgava em uma rede social.

⁴ Em entrevista coletiva realizada após cerimônia de assinatura de termos de compromisso para a construção de 138 creches, no dia 26 de maio de 2011, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que não aprova o Kit de Combate a Homofobia que estava em elaboração pelo Ministério da Educação a ser distribuído como material didático para as escolas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ESftwb6gkyc>>. Acesso em 14/04/2012.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas: SP, n. 21, 2003, p.281-315.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, 2001, p.575-587.

BALESTERO, Gabriela Soares. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, Agosto, 2011, p. 05-16.

BORGES, Zulmira Newlands. MEYER, Dagmar Estermann. Limites de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Aval. Públi. Educ.** Rio de Janeiro, v.16, n.58, 2008, p. 59-76.

BORGES, Zulmira Newlands. PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. OHLWEILER, Mariane Inês. BULSING, Muriel. Percepção de professoras de Ensino Médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, n. 39, jan./abr. 2011, p. 21-38.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009, p. 15-46.

_____. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECADI, 2007.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-172.

CATECISMO da Igreja Católica. 2013.

Disponível em: <http://www.catequisar.com.br/dw/catecismo.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2013.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRÊA, Anderson Rodrigues. FREITAS, Leticia Fonseca Richthofen. A escola em Diáspora. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v.2, n.2, ago./dez. 2011, p. 85-92.

COSTA, Carmem Lúcia. A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n.2, ago./dez.2011, p. 76-84.

COSTA, Marisa Vorraber. SILVEIRA, Rosa Hessel. SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Mai./Jun./Jul./Ago. n. 23, 2003, p. 36-61.

ECOS. Comunicação em Sexualidade. **Projeto Escola sem Homofobia**: contexto. 2013. Disponível em <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp> > . Acesso em: 05 jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 29 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004a.

_____. In: MOTTA, Jamoel Barros da (Org.) **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 2004b. p. 56-76.

_____. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GRANÚZZIO, Patrícia Magri. Mulheres Homossexuais e as Relações Vividas na Escola: Entre visibilidades e invisibilidades. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 127-144, jan. / jul. 2012.

GRESPLAN, Carla Lisboa. GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **R. FACED**, Salvador, n.19, jan./jun.2011, p. 103-122.

GUINOZA, Marcos. Cartilha da Discórdia. **Revista Brasileiros**. São Paulo, n. 47, p.80-81, jun. 2011.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a Perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 103-133.

JUNCKES, Ivan Jairo. SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, pp. 148-166.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: discutindo práticas

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

educativas, 3, 2007, Rio Grande do. Anais Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

_____. "Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas**. n. 04, 2009, p.171-190.

LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009, p. 09-13.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Ministério da Educação: SECADI/MEC. Brasília, 2009, p. 85-95.

MELLO, Luiz. FREITAS, Fátima. PEDROSA, Cláudio. BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas**. n. 07, 2012, p. 99-122.

PINHEIRO, Livia. **O que é homofobia**. Edição de Daniel Rodrigues. Narração de Vanessa Meriqui. 2012. Acesso em: 24 dez. 2012. Disponível em: <http://www.unilasalle.org/revistas/index.php/Conhecimento_Diversidade/index> .

REPROLATINA. **Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva**. Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras. 2011, p. 1-65. Disponível em: <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2012.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. FAZENDO GÊNERO. Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. ago. 2010. p. 01-09.

SCHULMAN, Michael. Assexuados, bichas & cia: a nova geração gay nas universidades dos EUA. Tradução: Clara Alain. Texto originalmente publicado no jornal 'The New York Times'. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 de fev. de 2013. Seção Comportamento, s/p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/94158-assexuados-bichas-amp-cia.shtml>> . Acesso em: 17 fev. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 73-102.

SILVA, Zuleide de Paiva. Bafão do Kit Gay: análise do discurso da militância LGBT. **Estudos Feministas**, Bahia, jan./jun.2012. Disponível em: <<http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/bresil/eidel.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SOUSA FILHO, Alípio de. **A resposta gay**. 2013. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/A%20RESPOSTA%20GAY.pdf> . Acesso em: 07 jan. 2013.

TEIXEIRA, Rita de Cássia Costa. Atitude dos educadores frente à expressão da Sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2. ago./dez. 2010, p. 309-317.

Kit Gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

YOUNG, Iris Marion. Five Faces of Oppression. In: HENDERSON, George, WATERSTONE, Marvin (Ed.). **Geographic Thought**: a praxis perspective. New York: Routledge. 2009, p. 55-71. .

Recebido em 27 de novembro de 2012.
Aceito em 25 de outubro de 2013.

Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio